

DS

ARTIGO

COOPERATIVISMO E A
GERAÇÃO DE EMPREGO

O cooperativismo de crédito tem a capacidade de gerar transformações positivas na sociedade na retomada pós-pandemia. Esta é uma das bases da economia brasileira que tende a seguir em ascensão, visto que a crise fez com que mais pessoas se aproximassem e interessassem pelo modelo de soluções coletivas. Um exemplo disso, é a geração de emprego. Enquanto bancos convencionais fecharam agências e diminuem oferta de vagas, as cooperativas estão na contramão. Segundo levantamento do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), entre março de 2020 e fevereiro de 2021, as cooperativas geraram mais de 3 mil novos postos de trabalho. A tendência para esse ano é aumentar não apenas essas vagas, mas também os cooperados e a popularidade deste modelo de união.

Apenas no Brasil, cerca de 50 milhões de pessoas dependem direta ou indiretamente do sistema como fonte de renda. E esses números comprovam a relevância das cooperativas para o mercado. Considerando o período entre 2014 e 2018, houve um crescimento de 17,8% na geração de empregos em função do cooperativismo. As oportunidades preenchidas chegaram a 425,3 mil em 2018. Os dados são do Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2019, publicação da OCB.

Seguindo essa tendência, a Cooperativa Sicredi Integração MT/PA/AP completou 100 contratações somente nos primeiros meses de 2022. É uma felicidade para nós, sabermos que, além de impactar a vida dos mais de 71 mil associados, também estamos promovendo crescimento e desenvolvimento para nossos colaboradores e suas famílias em cada município onde estamos. Um recurso que impacta não somente a vida do indivíduo, mas que gera riqueza e renda para toda a região.

A Cooperativa Sicredi Integração MT/AP/PA é uma instituição financeira cooperativa associada ao Sistema Sicredi S.A comprometida com o crescimento e desenvolvimento dos locais onde atua. Com mais de 65 mil associados, está presente em mais de 30 municípios. Vale destacar ainda que o sistema Sicredi está presente em mais de 1,5 mil municípios, e conta com mais de duas mil agências e 30 mil colaboradores. Ao todo, são mais de cinco milhões de associados em 108 cooperativas de crédito espalhadas por todo o país, um cenário que possibilitou apenas nos últimos 12 meses, a viabilização de mais de cinco mil postos de emprego nas mais diversas áreas.

Tantos índices positivos demonstram, na prática, os benefícios do cooperativismo. A horizontalidade da participação permite que todos tenham voz ativa. Isso faz com que as demandas sejam levadas a sério e pautem decisões coletivas. O resultado é uma abordagem na qual o crescimento econômico anda junto com o desenvolvimento de cada indivíduo da sociedade.

Marco Tulio Duarte Soares é presidente do Sicredi Integração MT/PA/AP

JORNAL DIÁRIO DA SERRA Propriedade da AJOTA ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA CNPJ: 29.464.235/0001-16 Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque Mansões 78302-028 Tangará da Serra-MT ISSN 22386467	REDAÇÃO DIREÇÃO DE JORNALISMO Fabiola Tormes CONTATO ds@diariodaserra.com.br Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos para o whatsapp do DIÁRIO DA SERRA (65) 3326-4724 www.diariodaserra.com.br www.ds.jor.br
TIRAGEM 1 MIL EXEMPLARES CIRCULAÇÃO Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenópolis, Nortelândia e Santo Afonso. CENTRAL DO ASSINANTE (65) 3326.6501	DEPARTAMENTO COMERCIAL PUBLICIDADE ASSINATURA PUBLICIDADE LEGAL Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA SERVIÇOS GRÁFICOS E. Tormes e Cia. LTDA CNPJ: 14.048.123/0001-07 CONTATO: adm@diariodaserra.com.br Fone: (65) 3326-4724

DEBATE

Audiência discute regularização do Assentamento Antônio Conselheiro



A discussão foi requerida pelo deputado Elizeu Nascimento

Processo de regularização vem desde 2018

INGRIDY PEIXOTO / Assessoria

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) realizou audiência pública para debater regularização fundiária do Assentamento Antônio Conselheiro na noite do último dia 20. A discussão, requerida pelo deputado Elizeu Nascimento (PL), reuniu assentados, parlamentares e representantes da Defensoria Pública e da Central de Associações do Assentamento na Escola Marechal Rondon, km 54, agrovila 19, em Tangará da Serra.

O presidente da Cen-

tral das Associações, Aldo Atanázio da Silva, explicou que o processo de regularização fundiária do assentamento já está em andamento no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), tendo sido entregue todo o georreferenciamento necessário.

“Precisamos que os técnicos do Incra venham dar o okey, porque o ‘geo’ já foi todo feito. Sem isso, fica parado”, afirmou. Ele disse ainda que o georreferenciamento está lá há cerca de dois meses.

“Já são 23 anos que estamos assentados, o trabalho de regularização vem desde 2018. É um anseio nosso. O título de propriedade traz segurança, você passa a ser dono da terra. A pro-

priedade valoriza muito mais e você consegue mais financiamento junto ao banco. Isso traz uma qualidade de vida melhor, a renda aumenta e gera emprego no campo também”, completou Aldo Atanázio da Silva. Outro problema exposto pelo presidente da Central das Associações é que ainda falta a grande maioria das famílias pagar o valor do georreferenciamento, que foi feito por uma empresa.

Diante dos entraves, o deputado Elizeu Nascimento pediu para o senador Wellington Fagundes (PL) uma agenda com o Incra. Por meio de videochamada, o senador se comprometeu a marcar uma reunião para esta terça ou quarta com representantes do órgão.

VAI À SANÇÃO

Proposta proíbe troca de padrões de energia sem aviso prévio

JOSÉ MARQUES / Assessoria

Vai à sanção governamental a proposta que proíbe a troca de medidores e padrões de energia (monofásico, bifásico ou trifásico), como de similares instalados pelas concessionárias prestadoras de serviços essenciais ao fornecimento de energia elétrica, sem a devida comunicação prévia ao consumidor. O projeto de lei é de autoria do primeiro-secretário da

Assembleia Legislativa de Mato Grosso, deputado Max Russi (PSB), e foi aprovado pelos deputados estaduais na semana passada.

Conforme o PL, a intenção é resguardar o direito à informação aos consumidores e prevê a notificação ao cliente pelo menos 72 horas antes da execução do serviço, podendo a empresa fornecedora estar sujeita às penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor, assim como mul-

tas com valores dobrados, caso haja reincidência.

“Temos inúmeros consumidores reclamando das trocas sem nenhum tipo de aviso, e isso pode ser considerado um abuso. Com a nova medida, fraudes podem ser evitadas”, argumenta.

A proposta está em conformidade com a Resolução nº 144, de 9 de setembro de 2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).